

## Quem tem medo da universidade? Pensamento único e negacionismo no contexto neoliberal no Brasil

Ésther, Angelo Brigato

Universidade Federal de Juiz de Fora (Minas Gerais), Brasil

✉ angelo.esther@ufjf.br

ORCID ID: [0000-0001-9084-3746](https://orcid.org/0000-0001-9084-3746)

*Documento recibido:*

*28 agosto 2022*

*Aprobado para publicación:*

*01 febrero 2023*

---

### Resumo

A universidade pública brasileira têm sido alvo constante e permanente de “ataques” à sua autonomia, à sua atuação e ao seu funcionamento, por meio de diversas estratégias, desde contingenciamentos e cortes orçamentários até a difusão de narrativas depreciativas e falseadas e, o que tem sido percebido como mais perturbador, por meio de discursos negacionistas que partem do próprio governo federal. Por se tratar de um governo caracterizado por sua orientação político-ideológica de “extrema direita”, almeja-se a imposição de um pensamento único, infenso à crítica e hostil ao contraditório, dentro de um projeto neoliberal. Ora, é precisamente aí que reside a possibilidade da universidade favorecer a transformação social. É quando a universidade incomoda, questiona, tensiona, aponta contradições, desenvolve argumentos que sua contribuição pode ser maior.

### Palavras-chave

universidade; negacionismo; pensamento único; neoliberalismo; Brasil

### Abstract

The Brazilian public university has been a constant and permanent target of “attacks” to its autonomy, its performance and its functioning, through different strategies, from contingencies and budget cuts to the dissemination of derogatory and falsified narratives and, the which has been perceived as more disturbing, through denialist speeches that come from the federal government itself. As this is a government characterized by its “extreme right” political-ideological orientation, the aim is to impose a single thought, averse to criticism and hostile to contradictions, within a neoliberal project. Now, it is precisely there that lies the possibility of the university to favor social transformation. It is when the university bothers, questions, tensions, points out contradictions, develops arguments that its contribution can be greater.

## Keywords

university; denialism; unique thinking; neoliberalism; Brazil

## Resumen

La universidad pública brasileña ha sido blanco constante y permanente de “ataques” a su autonomía, su desempeño y su funcionamiento, a través de diferentes estrategias, desde contingencias y recortes presupuestarios hasta la difusión de narrativas despectivas y falsificadas y, lo que ha sido percibido como más inquietante, a través de discursos negacionistas que provienen del propio gobierno federal. Al tratarse de un gobierno caracterizado por su orientación político-ideológica de “extrema derecha”, se pretende imponer un pensamiento único, adverso a la crítica y hostil a las contradicciones, dentro de un proyecto neoliberal. Ahora bien, es precisamente ahí donde radica la posibilidad de la universidad para favorecer la transformación social. Es cuando la universidad inquieta, cuestiona, tensiona, señala contradicciones, desarrolla argumentos que su aporte puede ser mayor.

## Palabras clave

universidad; negación; pensamiento único; neoliberalismo; Brasil.

---

## Introdução e breve contextualização

A universidade pública brasileira, especialmente a federal, têm sido alvo constante de “ataques” à sua autonomia, à sua atuação e ao seu funcionamento, por meio de diversas estratégias, desde contingenciamentos e cortes orçamentários até a difusão de narrativas depreciativas e falseadas e, o que tem sido percebido como mais perturbador, por meio de discursos negacionistas acerca não apenas da universidade, mas da ciência de modo geral, exatamente porque partem do próprio governo federal, quando um ex-ministro, por exemplo, sem qualquer evidência que comprove, afirma que a universidade é um local de balbúrdia, de doutrinação marxista e de produção de anfetaminas. Por se tratar de um governo caracterizado por sua orientação político-ideológica da chamada “extrema direita”, a educação e a cultura são alvos prioritários de seus “ataques”.

Diante deste cenário, para analisar a realidade da universidade brasileira, o presente artigo parte do pressuposto que as políticas governamentais para a educação estão em consonância com um projeto mais amplo alinhado ao capitalismo financeiro de cariz neoliberal, visando anular a crítica e a reflexão qualificadas, na medida em que a educação é transformada em serviço. Tal projeto implica, necessariamente, posturas e ações autoritárias, e atitudes antidemocráticas, nas diversas esferas da vida social. Em outras palavras, parece haver a tentativa de imposição de um pensamento único, infenso à crítica e hostil ao contraditório, sobretudo no governo atual.

O artigo discute, portanto, como a universidade vem sendo colocada à margem de seu papel e de sua importância pelo próprio governo federal, em sua política de implementar a concepção neoliberal em sua forma mais radical, a qual rechaça pautas progressistas em todos os campos, e busca anular a reflexão e o questionamento por meio de atitudes e ações de cunho negacionista.

A universidade brasileira é uma criação recente, tendo completado 100 anos de existência em 2020, ano em que a pandemia da COVID-19 se alastrou pelo mundo. Curiosamente, a primeira universidade federal reconhecida no Brasil, a atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), é criada pouco tempo depois da pandemia da gripe espanhola que assolou também o Brasil em 1918. De forma bastante resumida, pode-se afirmar que, dentre outras características, a história da instituição é repleta de crises, conflitos, e de disputas ideológicas. A rigor, desde a fase colonial, passando pelo Império, a criação da universidade é terreno contestado, a ponto do próprio Imperador ter um pedido de criação negado. Somente em 1920, na fase republicana, tal evento ocorre, como fruto de disputas políticas entre o governo federal e os governos estaduais. Ainda assim, a primeira universidade e diversas outras posteriormente foram criadas por meio da união de faculdades isoladas, o que caracteriza a ausência de um projeto educacional mais consistente (Torgal, Ésther, 2014).

Enquanto projeto acadêmico e institucional de nível superior, a criação da Universidade de Brasília (UnB), autorizada pela Lei 3.998, de 15 de dezembro de 1961, e inaugurada em 21 de abril de 1962, constitui um marco significativo, uma vez que tinha como objetivo de sua constituição contribuir para o desenvolvimento do país a partir de uma concepção de crescimento autônomo, em vez de uma mera modernização reflexa (Ribeiro, 1969). No entanto, com o golpe militar de 1964, a UnB tem sua concepção adulterada, na medida em que o governo autoritário favorece o crescimento do setor privado, embora tenha investido no sistema de pós-graduação. Destaca-se a reforma de 1968, baseada nas recomendações do governo estadunidense, especialmente por meio dos acordos MEC/USAID (Ministério da Educação / *United States Agency for International Development*), cuja orientação era a constituição de uma universidade calcada nos princípios do rendimento e da eficiência, necessários ao avanço do capitalismo. Na luta contra o comunismo, diversas medidas violentas foram implementadas, inclusive a invasão da UNB e a conseqüente demissão de professores e a prisão de estudantes, embora não tivesse o comunismo como sua base ideológica. Tal investida ocorreu em parte decorrente do amplo apoio que os militares receberam de atores sociais de diversos matizes político-ideológicos, como liberais, conservadores, reacionários, nacionalistas autoritários e até mesmos reformistas moderados, incluindo religiosos, intelectuais e professores universitários, a rigor, baseado no consenso de que o governo de João Goulart estava levando o país ao precipício (Motta, 2014).

Segundo Motta (2014, p.9), o regime militar não era antirreforma, mas anticomunista. Como a ideia de modernização estava em voga no início da década de 1960, o debate era permeado por conceitos oriundos das ciências sociais, sobretudo de desenvolvimento e modernização, especialmente da academia e de agências dos Estados Unidos, sob influência do contexto da Guerra Fria. Como os países considerados atrasados ou subdesenvolvidos seriam presas fáceis do inimigo comunista, a educação constituía um setor prioritário da pauta modernizadora, por conta de seu potencial multiplicador e de inculcação de valores nos jovens (Motta, 2014).

Como se pode perceber, ao mesmo tempo em que a educação, especialmente a superior, é portadora de potencial de reflexão e crítica, também pode ser um vetor de inculcação ideológica, com o objetivo, aparentemente paradoxal, de fazer uma "limpeza ideológica". Ainda nas palavras de Motta (2014, p.10),

*[...] tratava-se de forjar uma mística, uma ideologia que competisse com os projetos revolucionários, principalmente o marxismo. Daí o papel central conferido pelas agências do governo americano – com destaque na Usaid, mas também em instituições privadas, como as fundações Ford e Rockefeller – à modernização das instituições educacionais brasileiras. Nesse setor foram investidos vultosos recursos, parcela significativa do dinheiro doado ou emprestado pela Usaid ao Brasil*

*entre 1961 e 1974. Escolas e universidades eram o lócus de treinamento de mão de obra qualificada e de líderes, mas também espaço fundamental para o debate de ideias e a formação de opinião.*

De maneira bastante simplificada, pode-se afirmar que durante esse período houve uma série de conflitos ideológicos e uma guerra de conceitos cujos sentidos eram disputados pelos diversos atores políticos. Entretanto, com o golpe militar, a vertente autoritária e liberal-conservadora se apropria de ideias da vertente derrotada, tornando os militares agentes modernizadores, constituindo aquilo que se denominou de modernização conservadora ou autoritária, conceito “desenvolvido por Barrington Moore Jr., que, sob influência de ideias marxistas, produziu uma inflexão nas teorias da modernização norte-americanas, em perspectiva mais crítica e radical” [...] argumentando que “processos de modernização seguiriam trilhas diferentes em alguns países, nos quais as tendências modernizadoras poderiam se mesclar a forças conservadoras” (Motta, 2014, p.11). Para o autor, embora não sejam sinônimos, autoritário e conservador, as duas dimensões são características centrais do regime militar implantado no país.

Tal cenário possibilita compreender os dias atuais, como se verá adiante, na medida em que o governo atual tem mobilizado ideologicamente uma suposta ameaça comunista no Brasil, sobretudo após 14 anos de governos ditos progressistas, capitaneado pelo Partido dos Trabalhadores, com os mandatos de Lula (01/01/2003 a 01/01/2011) e de Dilma Rousseff (01/01/2011 a 31/08/2016). É durante seus governos que a universidade recebe investimentos significativos, por meio do “Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais” (REUNI), quando são criadas novas universidades e novos campi, bem como são ampliadas as vagas em todas as universidades federais. Some-se a isto outras políticas, como a implementação das cotas, em 2012, o que dá início a um processo de maior democratização no acesso, possibilitando que grupos marginalizados adentrassem a universidade, especialmente a população negra e de menor renda.

Após uma série de eventos e de desgastes políticos, foi aberto processo de impeachment da Presidenta, no dia 02 de dezembro de 2015, já em seu segundo mandato, sob a alegação de crime de responsabilidade por ter praticado as chamadas “pedaladas fiscais” e abertura de créditos sem autorização do Congresso Nacional. Após 273 dias, o caso foi encerrado em 31 de agosto de 2016, em plenária do Senado, com o impedimento de Dilma Rousseff, cujo mandato foi cassado, sem a perda de seus direitos políticos.

O vice-presidente Michel Temer assume a função, em meio a muitas críticas e desconfianças – inclusive de se tratar de um golpe parlamentar<sup>1</sup> –, promovendo uma inflexão nas políticas e ações públicas, que reverberam até os dias atuais. Embora não atinja apenas a universidade, é em seu governo que é

---

<sup>1</sup> Não cabe aqui uma discussão acerca desse processo, que está amplamente divulgado e analisado pela mídia, por analistas políticos e pela academia. Nesse artigo, interessa a repercussão no campo da educação superior, especialmente. Porém, a título de ilustração do que representou esse momento, foi produzido o filme “Democracia em vertigem”, de Petra Costa, que concorreu ao Oscar de “Melhor Documentário” em 2020, que documenta o que foi considerado um golpe no Brasil, por meio de um duvidoso processo de impeachment da então Presidenta Dilma Rousseff.

aprovada a Emenda Constitucional 95/2016, que limita por 20 anos os gastos públicos, com o objetivo expresso de equilíbrio das contas, determinando que as despesas federais só podem aumentar de acordo com a inflação acumulada de 12 meses, e em consonância com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

## O negacionismo entra em cena

A eleição de Jair Bolsonaro, em outubro de 2018, demarca a ascensão da extrema direita ao poder no Brasil, com significativo apoio de parcelas da população, especialmente entre os militares e os evangélicos em larga medida. Desde então, vem ocorrendo um debate, inclusive, se o governo atual seria autoritário, conservador, fundamentalista ou mesmo fascista e nazista, dadas suas inclinações, discursos e ações político-ideológicas. Há também um debate sobre uma possível necropolítica (Franco, 2021), à medida que o governo tem estimulado – e garantido concretamente – o armamento da população civil, sob alegação presidencial de que “povo armado jamais será escravizado”, a violência policial – na medida em que os responsáveis não são punidos –, e tenha adotado uma política desastrosa de condução ao combate à pandemia da COVID-19, quando defendeu publicamente sua posição contrária ao lockdown e às políticas de isolamento, a título de “liberdade” da população, inclusive de trabalhar.

Em 2020, o mundo foi afetado pela COVID-19, que alcançou a situação de pandemia e vitimou milhões de pessoas. O presidente negou a gravidade da contaminação e das consequências, defendendo a manutenção das atividades econômicas – alegando que sem trabalho as pessoas iriam morrer de fome, por exemplo –, divulgando e propagando o uso de medicamentos sem eficácia comprovada como tratamento precoce – como a Hidroxicloroquina e Ivermectina –, algo rechaçado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), e duvidando publicamente da eficácia das vacinas que vinham sendo desenvolvidas e aplicadas, o que resultou numa política de imunização ineficiente num primeiro momento, em função de uma mistura de incompetência e de politização da questão da vacina.

Nesse sentido, o Centro de Pesquisas e Estudos de Direito Sanitário (CEPEDISA) da Faculdade de Saúde Pública (FSP) da Universidade de São Paulo (USP) e a Conectas Direitos Humanos, uma das mais respeitadas organizações de justiça da América Latina, coletaram e esmiuçaram as normas federais e estaduais relativas ao novo coronavírus, produzindo um boletim chamado Direitos na Pandemia – Mapeamento e Análise das Normas Jurídicas de Resposta à Covid-19 no Brasil, no qual afirmam, literalmente, que “Nossa pesquisa revelou a existência de uma estratégia institucional de propagação do vírus, promovida pelo Governo brasileiro sob a liderança da Presidência da República”<sup>2</sup> (grifos do original)<sup>3</sup>.

De modo esquemático, pode-se sintetizar as principais manifestações negacionistas capitaneadas pelo governo, especialmente pelo presidente da república (Quadro 1):

---

<sup>2</sup> EL País. Brasil. Pesquisa revela que Bolsonaro executou uma “estratégia institucional de propagação do coronavírus” [21.01.2021]. Disponível em <<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-01-21/pesquisa-revela-que-bolsonaro-executou-uma-estrategia-institucional-de-propagacao-do-virus.html>>. Acesso em 22 jan. 2021. A reportagem traz, ainda, uma linha do tempo com as principais ações, iniciativas e manifestações do presidente.

<sup>3</sup> Foi criada, em abril de 2021, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a responsabilidade do governo e do presidente, dada a alegação de uma política genocida.

**Quadro 1 – Exemplos de atitudes negacionistas do governo Bolsonaro**

<p>Negação do conhecimento científico</p>	<p>Como no caso da COVID-19, chamada de "gripezinha", que seria algo superdimensionado<sup>4</sup>; recusa das pesquisas científicas que demonstravam uso ineficaz de medicamentos como a Cloroquina, Hidroxicloroquina, Ivermectina e outros<sup>5</sup>; recusa em comprar vacinas<sup>6</sup>; colapso do planeta em termos de recursos naturais e meio ambiente, especialmente no caso da Amazônia<sup>7</sup>.</p>
<p>Negação da reflexão e da crítica</p>	<p>Universidade vista como instituição de doutrinação marxista, lugar onde os estudantes não estudam<sup>8</sup>, desmerecimento da instituição por meio de afirmações depreciativas<sup>9</sup> e mentirosas<sup>10</sup>; depreciação especialmente de Paulo Freire, importante educador brasileiro, reconhecido mundialmente, e patrono da educação brasileira<sup>11</sup>.</p>

4 Folha de Pernambuco: 'Gripezinha' e 'País de maricas': confira as frases de Bolsonaro sobre a pandemia. [19.06.2021]. Disponível em <https://www.folhape.com.br/politica/gripezinha-e-pais-de-maricas-confira-as-frases-de-bolsonaro-sobre/187784/>. Acesso em 10 de junho de 2022.

5 CNN Brasil. Estudo constata ineficácia de cloroquina e hidroxicloroquina contra Covid-19. [26.04.2021]. Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/estudo-constata-ineficacia-de-cloroquina-e-hidroxicloroquina-contr-covid-19/>. Acesso em 14 de junho de 2021.

6 G1. Política. Blog do Otávio Guedes. CPI da Covid: Governo Bolsonaro recusou 11 vezes ofertas para compras de vacina. [27.04.2021]. Disponível em <https://g1.globo.com/politica/blog/octavio-guedes/post/2021/04/27/cpi-da-covid-governo-bolsonaro-recusou-11-vezes-ofertas-para-compras-de-vacina.ghtml>. Acesso em 14 de junho de 2022.

7 Greenpeace. Um governo contra o meio ambiente. Disponível em <https://www.greenpeace.org/brasil/resista/um-governo-contr-o-meio-ambiente/>. Acesso em 14 de junho de 2022.

8 Entre as 200 melhores universidades do mundo, tem alguma brasileira? Não tem! Isso é um vexame! O que se faz em muitas universidades e faculdades do Brasil, o (que o) estudante faz? Faz tudo, menos estudar! Cf. Fonte: O globo. Sociedade. Aluno de universidades brasileiras 'faz tudo, menos estudar', diz Bolsonaro. [12.12.2019]. disponível em <https://oglobo.globo.com/sociedade/aluno-de-universidades-brasileiras-faz-tudo-menos-estudar-diz-bolsonaro-24134987>. Acesso em 18 maio 2020.

9 "Ideologia de gênero não é para ser discutido lá (nas escolas). O pai quer que o filho seja homem, e a filha seja mulher (Bolsonaro). Weintraub concordou. Quem educa é família, escola ensina. A gente espera que a família eduque as crianças". Fonte: Correio Braziliense. Eu Estudante. Educação Básica. "Já saiu muita porcaria", diz Weintraub sobre 'limpa' feita em livros. [07.01.2020]. Disponível em [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/ensino\\_educacaobasica/2020/01/07/interna-educacaobasica-2019,818832/ja-saiu-muita-porcaria-diz-weintraub-sobre-limpa-feito-em-livros.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/ensino_educacaobasica/2020/01/07/interna-educacaobasica-2019,818832/ja-saiu-muita-porcaria-diz-weintraub-sobre-limpa-feito-em-livros.shtml). Acesso em 18 maio 2020.

10 Poucas universidades têm pesquisa e, dessas poucas, a grande parte está na iniciativa privada, como a Makenzie, em São Paulo. Fonte: UOL. Folha de São Paulo. Colunas. Reinaldo José Lopes. Universidades públicas produzem mais de 90% da pesquisa do país; resta saber até quando. [21.04.2019]. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/reinaldojoselopes/2019/04/universidades-publicas-produzem-mais-de-90-da-pesquisa-do-pais-resta-saber-ate-quando.shtml>. Acesso em 18 maio 2020.

11 "O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) classificou o educador Paulo Freire como "energúmeno" nesta segunda-feira (16/12/2019), ao sair do Palácio da Alvorada. O xingamento foi feito em meio a críticas do mandatário da República à TV Escola, canal fundado em 1996, transmitido em algumas localidades do Brasil pelas TVs abertas. O contrato de renovação com a empresa não foi assinado pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub. Segundo Bolsonaro, o motivo é porque a programação trazia conteúdo "de esquerda" e "ideologia de gênero". Fonte: Metrôpoles. Brasil. Educação. Para Bolsonaro, educador Paulo Freire era um "energúmeno" [16.12.2019]. Disponível em <https://www.metropoles.com/brasil/educacao-br/para-bolsonaro-educador-paulo-freire-era-um-energumeno>. Acesso em 19 maio 2020.

Negação da importância e do papel social da instituição universitária na construção do processo civilizatório	Universidade vista como lugar balbúrdia, de produção de anfetaminas <sup>12</sup> .
Negação da necessidade e desejo do ser humano por aprender e saber, o <i>amor sciendi</i> (Rüegg, 1996).	Universidade deve ser para poucos, para ser útil <sup>13</sup> ; Universidade vista apenas como formação de capital humano, voltada ao empreendedorismo e geração de negócios e lucros, inclusive pessoais <sup>14</sup> .
Negação de Recursos financeiros, humanos e estruturais (decorrente dos anteriores)	Cortes orçamentários, contingenciamentos <sup>15</sup> ; desatualização de remunerações <sup>16</sup> ; carência de professores e servidores <sup>17</sup> , etc.

12 "Ministro da Educação alega que as universidades são lugar de balbúrdia, onde os alunos andam pelados, onde se planta maconha extensivamente, inclusive com o apoio de laboratórios de química, além de promoverem doutrinação marxista e defenderem ideologia de gênero. Em nome da balbúrdia, universidades sofreriam corte de verbas". Fontes: El País. Educação. Plano de Bolsonaro para 'desesquerdizar' educação vai além do Escola Sem Partido [23.05.2019]. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/20/politica/1558374880\\_757085.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/20/politica/1558374880_757085.html). Acesso em 18 maio 2020; Terra. Educação. Os ataques de Weintraub às universidades da "balbúrdia" [19.02.2020]. Disponível em <https://www.terra.com.br/noticias/educacao/os-ataques-de-weintraub-as-universidades-da-balburdia,c5f4988ad50a620eocfobog15a9272d6gcjhx8ci.html>. Acesso em 17 maio 2020.

13 G1. Globo. Educação. Ministro da Educação defende que universidade seja 'para poucos'. [10.08.2021]. Disponível em <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/08/10/ministro-da-educacao-defende-que-universidade-seja-para-poucos.ghtml>. Acesso em 10 de agosto de 2021.

14 "As universidades, em todos os cursos, devem estimular e ensinar o empreendedorismo. O jovem precisa sair da faculdade pensando em como transformar o conhecimento obtido em enfermagem, engenharia, nutrição, odontologia, agronomia, etc, em produtos, negócios, riqueza e oportunidades". Cf. Plano Fênix. Recuperado de <[http://flaviobolsonaro.com/PLANO\\_DE\\_GOVERNO\\_JAIR\\_BOLSONARO\\_2018.pdf](http://flaviobolsonaro.com/PLANO_DE_GOVERNO_JAIR_BOLSONARO_2018.pdf)>. Acesso em 24 maio 2020.

15 "Depois do contingenciamento de R\$7,4 bilhões do orçamento destinado às bolsas de pós-graduação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), o orçamento do órgão para 2020 foi cortado pela metade. Ao todo, foram destinados apenas R\$ 2,2 bilhões, frente os R\$ 4,3 bilhões do ano anterior". Fonte: Terra. Educação. Os ataques de Weintraub às universidades da "balbúrdia" [19.02.2020]. Disponível em <https://www.terra.com.br/noticias/educacao/os-ataques-de-weintraub-as-universidades-da-balburdia,c5f4988ad50a620eocfobog15a9272d6gcjhx8ci.html>. Acesso em 17 maio 2020.

16 CUT. Notícias. Com salários congelados há 4 anos, servidores federais podem fazer greve geral. [13.06.2022]. Disponível em <https://www.cut.org.br/noticias/com-salarios-congelados-ha-4-anos-servidores-federais-podem-fazer-greve-geral-8c3f>. Acesso em 14 de junho de 2022.

17 Isto é Dinheiro. Universidades federais têm déficit de ao menos 11 mil professores e técnicos. [14.06.2022]. Disponível em <https://www.istoedinheiro.com.br/universidades-federais-tem-deficit-de-ao-menos-11-mil-professores-e-tecnicos/>. Acesso em 14 de junho de 2022.

Negação da História	Escravidão foi promovida pelos próprios povos africanos, os portugueses nunca teriam pisado na África <sup>18</sup> ; o golpe civil-militar de 1964 teria sido uma revolução, cuja violência é negada, tendo sido apenas uns poucos conflitos <sup>19</sup> , constituindo-se num período de paz, de prosperidade e de liberdade; indígenas são um problema para o país, pois atrapalham o desenvolvimento econômico <sup>20</sup> .
---------------------	--

Elaboração própria, a partir das informações públicas disponíveis

O negacionismo atinge, especialmente as universidades públicas, onde, notoriamente, a pesquisa e a reflexão sistemáticas são realizadas. O ataque ideológico às universidades ocorre sobretudo na área de ciências humanas, reduto considerado “esquerdista” ou “comunista” ou “marxista” e onde ocorreria a doutrinação ideológica equivalente. Tal concepção consta do (suposto) plano de governo atual, no qual também se evidencia a implementação da economia liberal. Segundo o documento, chamado de “Plano Fenix”, disponível publicamente,

*As economias de mercado são historicamente o maior instrumento de geração de renda, emprego, prosperidade e inclusão social. Graças ao Liberalismo, bilhões de pessoas estão sendo salvas da miséria em todo o mundo. Mesmo assim, o Brasil NUNCA adotou em sua História Republicana os princípios liberais. (Destaque do original)*

O documento afirma, ainda, que “o Liberalismo reduz a inflação, baixa os juros, eleva a confiança e os investimentos, gera crescimento, emprego e oportunidades<sup>21</sup>. Da mesma forma que nega o liberalismo no Brasil, afirma algo que não tem comprovação. Ao contrário, os ideais do liberalismo estão presentes no País, defendidos pelos proprietários rurais principalmente, antes mesmo da proclamação da República, – como demonstrou Emília Viotti da Costa (Costa, 1999) –, bem como as políticas neoliberais têm gerado crescente precarização, desemprego e desigualdade social (Antunes, 2020), sofrimento psíquico e outras patologias do social (Dunker, 2015; Safatle, Silva Júnior, Dunker, 2019; Safatle, Silva Júnior, Dunker, 2020), dentre outras consequências.

18 Folha de São Paulo. [31.07.2019]. Portugueses nem pisaram na África, diz Bolsonaro sobre escravidão.

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/07/portugueses-nem-pisaram-na-africa-diz-bolsonaro.shtml>. Acesso em 14 de junho de 2022.

19 Extra. Globo. [27.03.2019]. Bolsonaro nega ditadura militar e diz em entrevista à TV que regime teve 'probleminhas'. Disponível em <https://extra.globo.com/noticias/brasil/bolsonaro-nega-ditadura-militar-diz-em-entrevista-tv-que-regime-teve-probleminhas-23555758.html>. Acesso em 14 de junho de 2022.

20 A rigor, o presidente já demonstrou ser contrário à própria existência dos indígenas, quando afirmou o seguinte: "Até vale uma observação neste momento: realmente a cavalaria brasileira foi muito incompetente. Competente, sim, foi a Cavalaria norte-americana, que dizimou seus índios no passado e hoje em dia não tem esse problema no país". Cf. G1. Política. Blog do Otávio Guedes. Bolsonaro já lamentou que o Brasil não dizimou os indígenas. Disponível em <https://g1.globo.com/politica/blog/octavio-guedes/post/2022/03/16/bolsonaro-ja-lamentou-que-o-brasil-nao-dizimou-os-indigenas.ghtml>. Acesso em 14 de junho de 2022.

21 Plano Fênix. Disponível em [http://flaviobolsonaro.com/PLANO\\_DE\\_GOVERNO\\_JAIR\\_BOLSONARO\\_2018.pdf](http://flaviobolsonaro.com/PLANO_DE_GOVERNO_JAIR_BOLSONARO_2018.pdf). Acesso em 24 maio 2020.



Como bem colocam Almeida-Filho e Souza (2020, p.8), “no bolsonarismo, etapa avançada de um estado de mal-estar social, o próprio governo contesta princípios iluministas já seculares, como prover educação para todos como política social e considerar a formação universitária como requisito de cidadania democrática e possibilidade de emancipação dos sujeitos.”

## Negacionismo científico, pensamento único e neoliberalismo

O negacionismo é utilizado como estratégia para justificar a implantação de uma lógica empreendedora privatista, que exime o Estado de assumir sua responsabilidade pelo financiamento de políticas sociais, incluindo a educação. Seu projeto educacional é baseado nas premissas da teoria do capital humano, que mercadoriza o conhecimento. A rigor, não é um projeto *educacional*, mas um projeto de *adestramento* para o trabalho visando criação de valor, o qual, em última instância, é valor de troca e não de uso. Na melhor das hipóteses, um *projeto de ensino*, de *instrução*, de caráter instrumental e meramente tecnicista.

No entanto, em nível mais profundo, o negacionismo atinge, sobretudo, as ciências humanas ou as humanidades, na medida em que elas promovem a reflexão crítica. Tal crítica coloca em xeque a lógica mercantilista capitalista e neoliberal e desnuda os interesses econômico-financeiros subjacentes. Se a lógica neoliberal se assenta no discurso ideológico da TINA<sup>22</sup>, e se a reflexão crítica aponta para esta falácia, logo ela tem de ser silenciada, daí o negacionismo como narrativa poderosa para, pelo menos, criar uma dúvida razoável, daí as acusações de doutrinação marxista realizada supostamente nas universidades.

A rigor, não há propriamente medo da universidade, mas medo da crítica, que ela capture corações e mentes no sentido de questionar os pressupostos da lógica mercantil dominante, o que corroeria sua naturalização construída ao longo do tempo, especialmente durante o século XX. Na prática, pode-se afirmar, inclusive, que a universidade é um braço da classe dominante ou do capital, embora, em seu interior, haja focos de resistência que disputam outro projeto educacional. Impossível de controlar a universidade em nível mais profundo, as contradições emergem e impedem uma dominação absoluta sem um mínimo de resistência, o que reforça, para os dominantes, a necessidade de negar sua importância, embora sem destruí-la completamente, dado seu potencial de geração de valor.

De certo modo, pode-se dizer de uma batalha entre o pensamento único (TINA) e o negacionismo versus o conhecimento científico e a crítica reflexiva, as quais, a rigor, não se limitam ao espaço da universidade. Some-se ao negacionismo, a influência de boa parte das igrejas evangélicas neopentecostais, que se utilizam da chamada teologia da prosperidade no campo do discurso econômico, bem como de uma doutrinação dogmática que beira o fundamentalismo como forma de domínio no campo ideológico.

Em entrevista a um jornal, Christian Dunker esclarece, por meio da abordagem psicanalítica, a estratégia negacionista do mandatário brasileiro, cuja campanha eleitoral foi baseada na produção de inimigos imaginários – como o Partido dos Trabalhadores, o ex-presidente Lula, a imprensa, a ciência e assim por diante – e que, após a eleição, torna-se sua forma de governar:

---

<sup>22</sup> Acrônimo para *There is no alternative*, expressão cunhada por Herbert Spencer e celebrizada por Margareth Thatcher ao defender a orientação neoliberal durante seu mandato enquanto Primeira Ministra do Reino Unido (1979-1990).

*A produção de inimigos justifica ações intempestivas, ações que acumulam poder naquele que está governando o país e naqueles que o cercam. Então qual é a regra aqui? Desautorizar as autoridades constituídas, para dizer: 'Olha, aqueles que cuidam da palavra, da razão, aqueles que cuidam do debate, estão todos comprometidos e interessados'. **Essa ideia é necessária para que se destituam os poderes pessoais representados em instituições como as universidades, a imprensa, os cientistas.** Pois no momento em que o interlocutor põe em dúvida – não precisa depô-las, basta dizer que são controversas –, amalha para si uma dúvida razoável, que a partir de então vai deslocar aquela fé, aquela crença que as pessoas tinham naquela instituição, para aquela autoridade pessoal de quem está confrontando, denunciando, criticando a autoridade simbólica constituída. Isso é um método de discurso<sup>23</sup> (grifo nosso).*

Do ponto de vista histórico, o atual governo brasileiro pode ser considerado uma fase passageira. No entanto, a questão é mais profunda, na medida em que não se trata propriamente de um ou outro indivíduo, e sim de um projeto de sociedade que se assenta em um princípio econômico que coloca todas as atividades humanas como mercadorias a serem transacionadas. É a busca por implementar o pensamento único segundo o qual apenas o que é útil é bom, em que útil significa aquilo que proporcione ganhos e rendimentos financeiros e econômicos, o que, em última instância, se constitui como critério de sucesso numa sociedade que se torna cada vez mais individualista e competitiva.

*Assim, se por um lado o negacionismo não se confunde com, nem se reduz ao mero obscurantismo ou à ignorância, por outro lado, ele pode levar à adoção de comportamentos perigosos para a vida humana e para a garantia das condições de vida no planeta. Não pode haver negacionismo sem a reprodução social massiva de teses negacionistas, as quais são rapidamente transformadas em opiniões negacionistas, de caráter imediatamente acessível e de forte apelo emocional. Ao longo do seu processo de difusão social massificada, as teses negacionistas perdem qualquer referência ao fazer científico e seus métodos, pois o que importa é a politização grosseira e enviesada da ciência e dos cientistas (Duarte, César, 2021, p.10-11).*

Portanto, o negacionismo constitui uma estratégia deliberada com o objetivo de enfraquecer e desqualificar o pensamento crítico e reflexivo que coloca em xeque o avanço dos interesses do capital financeiro global. Atende a um projeto mais amplo, uma forma de existência social, econômica e cultural de cariz neoliberal imbricada numa geopolítica do conhecimento que favorece determinados interesses de certos grupos e nações. Tal projeto implica, portanto, a defesa de uma visão de mundo que deve ser estabelecida como a visão correta do modo de existência. Constitui a defesa do pensamento único, e o negacionismo é uma forma de legitimá-lo.

Ações exemplares nesse sentido são o movimento "Escola sem partido" e o Programa "Future-se", ambas capitalizadas pelo governo federal, e que constituem a tentativa de construção de um inimigo imaginário, contra o qual se deve travar uma verdadeira guerra cultural.

---

<sup>23</sup> Estado de Minas. Pensar. Explicações. O negacionismo como arma de destruição durante a pandemia. [24.07.2020]. Disponível em <[https://www.em.com.br/app/noticia/pensar/2020/07/24/interna\\_pensar,1169615/o-negacionismo-como-arma-de-destruicao-durante-a-pandemia.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/pensar/2020/07/24/interna_pensar,1169615/o-negacionismo-como-arma-de-destruicao-durante-a-pandemia.shtml)>. Acesso em 17 fev.2021.

O movimento “Escola sem partido” iniciou sua cruzada contra o pensamento crítico em 2004, fundado por Miguel Nagib, sob alegação de que as universidades públicas estariam praticando o chamado “marxismo cultural”<sup>24</sup>, o que, na prática, constitui uma teoria conspiratória, uma vez que não há evidência alguma nesse sentido. Em seu *site*, o Escola sem Partido tem como premissa que “a pretexto de transmitir aos alunos uma “visão crítica” da realidade, um exército organizado de militantes travestidos de professores abusa da liberdade de cátedra e se aproveita do segredo das salas de aula para impingir-lhes a sua própria visão de mundo”<sup>25</sup>. A partir desse pressuposto, em 2014, foi encaminhado para discussão e posterior votação o Projeto de Lei 7180/14, pelo deputado Erivelton Santana. A alegação fundamental é aquela que sustenta que o ensino deve respeitar as convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, dando precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa.

Várias proposições de mesma natureza e teor foram submetidas a estados e municípios, apesar de todas as críticas e apontamentos de inconstitucionalidade. Ainda assim, desde que o atual mandatário tomou posse, várias iniciativas a título de “denúncia” foram realizadas, inclusive com o apoio do ex-ministro da educação Vêlez Rodrigues e do próprio Presidente do País, que sugeriram denunciar, gravar vídeos e divulgar a prática da suposta doutrinação marxista e difusão da ideologia de gênero, o que gerou reação imediata<sup>26</sup>.

No entanto, em 21 de agosto de 2020, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou inconstitucional, por 9 votos a 1, uma lei estadual de Alagoas, semelhante ao projeto Escola sem Partido, lá denominada “Escola Livre”. A lei estava suspensa desde 2017 pelo STF. Desse modo, cria-se jurisprudência para outras propostas similares que tramitam nas esferas legislativas. A justificativa do relator do processo, Ministro Luís Roberto Barroso, do STF, desmonta categoricamente os argumentos dos proponentes<sup>27</sup>:

*A ideia de neutralidade política e ideológica da lei estadual é antagônica à de proteção ao pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e à promoção da tolerância, tal como previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação ... A exigência de neutralidade política e ideológica implica, ademais, a não tolerância de diferentes visões de mundo, ideologias e perspectivas políticas em sala ... Quanto maior é o contato do aluno com visões de mundo diferentes, mais amplo tende a ser o universo de ideias a partir do qual pode desenvolver uma visão crítica, e mais confortável tende a ser o trânsito em ambientes diferentes dos seus. ... É por isso que o pluralismo ideológico e a promoção dos valores da liberdade são assegurados na Constituição e em todas as normas*

---

24 Adolf Hitler, em seu livro *Mein Kampf* (“Minha luta”), escrito durante sua prisão na década de 1920, sugere a influência, a força e o perigo do bolchevismo cultural, expressão máxima do marxismo para ele, principalmente no campo da arte, o que indica a fonte utilizada pelos políticos de extrema direita ao alegarem a existência do chamado marxismo cultural. Cf. texto de Iná Camargo Costa, Filósofa, sobre essa questão em: *Pensamento em cena. Dialética do marxismo cultural - parte I*. [s. d.]. Disponível em

<http://pensamentoemcena.blogspot.com/2019/10/dialetica-do-marxismo-cultural-parte-i.html>. Acesso em 14 mar. 2021. A autora publicou pela Editora Expressão Popular o livro “Dialética do marxismo cultural”.

25 Escola sem partido. Apresentação. Sobre nós. [2019]. Disponível em <https://www.escolasempartido.org/>. Acesso em 25 fev. 2021.

26 Dentre várias iniciativas, destaca-se a campanha nas redes sociais promovida pela União Brasileira dos Estudantes (UBES), para que alunos e professores apontassem problemas nos colégios, como falta de condições sanitárias, salas sem refrigeração, e assim por diante. As diversas reações levaram o então ministro a recuar e a desistir de sua campanha. Cf. <https://www.hype-ness.com.br/2019/02/estudantes-respondem-ministro-com-campanha-para-denunciar-escolas-sucateadas/>. Acesso em 03 mar. 2021.

27 UOL. Notícias. Política. [21.08.2020]. STF decide que lei inspirada no Escola sem Partido é inconstitucional. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/08/21/stf-tem-maioria-contra-lei-de-alagoas-inspirada-no-escola-sem-partido.htm>. Acesso em 03 mar. 2021.

*internacionais antes mencionadas, sem que haja menção, em qualquer uma delas, à neutralidade como princípio diretivo.*

Como bem avança Frigotto (2016, p.2), trata-se de uma “proposta que é absurda e letal pelo que manifesta e pelo que esconde”, de uma proposta do que ele chama “escola do partido absoluto e único”, ou seja, “partido da intolerância com as diferentes ou antagônicas visões de mundo, de conhecimento, de educação, de justiça, de liberdade; partido, portanto da xenofobia nas suas diferentes facetas: de gênero, de etnia, da pobreza e dos pobres, etc.” ... “Um partido que dissemina o ódio, a intolerância e, no limite, conduz à eliminação do diferente”.

Como se pode perceber, os argumentos são insustentáveis, inclusive do ponto de vista jurídico, pois se assentam em perspectiva ideológica e dogmática, para combater, supostamente, tal perspectiva. E mais, segundo Miguel (2016, p.617),

*É aí que o fundamentalismo e o ultraliberalismo se encontram: de diferentes maneiras, ambos veem o Estado como o inimigo a ser combatido. E ele é esse inimigo exatamente porque, nele, vigoram – ainda que de maneira muito insuficiente – regras de igualdade que ameaçam as hierarquias que se reproduzem seja nas relações de mercado, seja na esfera doméstica. O slogan da educação “neutra” esconde a compreensão de que a escola precisa ser neutralizada, para que a autoridade que os pais exercem sobre os filhos possa ser absoluta. O espantinho da doutrinação dos alunos por professores “esquerdistas”, pretexto para a criminalização do pensamento crítico em sala de aula, serve para frustrar o objetivo pedagógico de produzir cidadãos e cidadãs capazes de reflexão independente, respeitosos das diferenças, acostumados ao debate e à dissensão, conscientes de seu papel, individual e coletivo, na reprodução e na transformação do mundo social. Em seu lugar, voltamos à ultrapassada compreensão de uma educação limitada à transmissão de “conteúdos” factuais, dos quais o professor é um mero repetidor e o aluno, receptáculo passivo.*

Como bem sintetiza Leher (2018), projetos deste tipo visam suprimir a ciência na escola “em nome de uma educação moral anacrônica e fundamentalista”, pois não há ciência sem que o conhecimento estabelecido seja problematizado, e é por esta razão que ciência e liberdade de pensamento compõem uma totalidade. Conforme o autor, se o Escola sem Partido visa suprimir a crítica, a própria atividade criadora da ciência se torna impossível. Como se pode perceber, é uma espécie de negacionismo científico disfarçado sob o manto da “liberdade”, como forma de combate à doutrinação marxista, dentro do espírito da guerra cultural travada pelo governo federal contra seus opositores e críticos. Neste sentido, considera todo conteúdo reflexivo e crítico como expressão do comunismo (Sinhoretto, 2021), recuperando o fantasma da guerra fria e do temor do Brasil se tornar uma Cuba, como à época do golpe civil-militar de 1964.

Apesar das tentativas, e ao que parece, a decisão do STF pode ter colocado fim a essa disputa, mas o governo federal promoveu nova investida na educação superior, lançando o Programa Future-se, destinado às universidades e aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET). Mais uma vez, parte-se do pressuposto de que o mercado é o agente decisivo para a dinâmica econômica e, por conseguinte, as instituições de ensino superior devem ser adequar.

Em 17 de julho de 2019, no auditório do Inep, em Brasília, o então ministro da educação, Abraham Weintraub, e o secretário da educação superior, Arnaldo Barbosa de Lima Júnior, apresentaram o Programa Future-se, cuja finalidade declarada seria fortalecer a autonomia administrativa, financeira e de gestão das universidades e

institutos federais, em parceria com organizações sociais, por meio de três eixos: gestão, governança e empreendedorismo; pesquisa e inovação; e internacionalização. O Quadro 2 resume os objetivos de cada eixo na proposta original<sup>28</sup>.

### **Quadro 2 – Eixos estruturadores do programa Future-se**

#### **Gestão, Governança e Empreendedorismo**

Promover a sustentabilidade financeira, ao estabelecer limite de gasto com pessoal nas universidades e institutos — hoje, em média, 85% do orçamento das instituições são destinados para isso;

Estabelecer requisitos de transparência, auditoria externa e *compliance*;

Criar *ranking* das instituições com prêmio para as mais eficientes nos gastos;

Gestão imobiliária: estimular o uso de imóveis da união e arrecadar por meio de contratos de cessão de uso, concessão, fundo de investimento e parcerias público-privadas (PPP);

Propiciar os meios para que departamentos de universidades/institutos arrecadem recursos próprios, estimulando o compartilhamento de conhecimento e experiências entre eles;

Autorizar *naming rights* (ter o nome de empresas/patrocinadores e patronos na instituição) nos *campi* e em edifícios, o que possibilitaria a manutenção e modernização dos equipamentos com apoio do setor privado.

#### **Pesquisa e inovação**

Instalar centros de pesquisa e inovação, bem como parques tecnológicos;

Assegurar ambiente de negócios favorável à criação e consolidação de *startups*, ou seja, de empresas com base tecnológica;

Aproximar as instituições das empresas, para facilitar o acesso a recursos privados de quem tiver ideias de pesquisa e desenvolvimento;

Premiar os principais projetos inovadores, com destaque para universidades e institutos que tiverem melhor desempenho, respeitada as condições iniciais e especificidades de cada um.

#### **Internacionalização**

Estimular intercâmbio de estudantes e professores, com foco na pesquisa aplicada;

Revalidação de títulos e diplomas estrangeiros por instituições públicas e privadas com alto desempenho, de acordo com critérios do MEC;

Facilitar o acesso e a promoção de disciplinas em plataformas *online*;

Firmar parcerias com instituições privadas para promover publicações de periódicos fora do país;

Possibilitar bolsas para estudantes brasileiros com alto desempenho acadêmico e atlético em instituições estrangeiras.

Fonte: Brasil, MEC (2019).

<sup>28</sup> Brasil. MEC. Future-se. Perguntas e respostas do Future-se, programa de autonomia financeira da educação superior [22.07.2019]. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/busca-geral/12-noticias/acoes-programas-e-projetos-637152388/78351-perguntas-e-respostas-do-future-se-programa-de-autonomia-financeira-do-ensino-superior>>. Acesso em 25 fev. 2021.

A proposta do MEC sustenta que as universidades poderiam aumentar suas receitas próprias e dependeriam menos do orçamento federal, sem que houvesse privatização das instituições, até porque a adesão ao programa seria voluntária. Do ponto de vista financeiro, seria criado o fundo do Future-se, que o governo apelidou de “Fundo Soberano do Conhecimento”, e que a responsabilidade pela gestão do fundo seria de uma instituição financeira privada, uma organização social, com a qual as universidades estabeleceriam contratos de gestão, a modelo do que ocorre com os hospitais universitários atualmente. Como se pode perceber pelos eixos descritos, era pretensão do governo federal implementar uma lógica empresarial nas universidades, levando-as a um tipo de gestão baseada na eficiência segundo critérios e parâmetros de empresas privadas, com foco na pesquisa aplicada. O jargão empresarial é adotado de forma explícita, inclusive com terminologia em língua inglesa, como rankings, naming rights, compliance, startups. Observa-se, ainda, o foco em pesquisa de base tecnológica com fins de criação de empresas. O programa não contempla todas as áreas de conhecimento, associando futuro com desenvolvimento de startups, ou seja, atribui às universidades uma identidade empresarial, em que eficiência, resultados e performance são os elementos fundamentais estruturantes de sua atuação. Como bem esclarece Leher (2019, p.33)

*A ideia-chave é que as instituições devem ser refuncionalizadas como organizações de serviços para que possam iniciar o seu autofinanciamento, desobrigando o Estado federal de custear as instituições públicas sob sua responsabilidade. Para isso, propugna contratos de gestão com Organização Social financiada a partir de fundos de investimentos negociados na Bolsa de Valores, erodindo os preceitos constitucionais e, em particular, a autonomia universitária [...] Assim, o colário da referida Emenda é o estrangulamento orçamentário e a conversão das universidades em agências captadoras de (inexistentes) projetos de pesquisa e desenvolvimento privados.*

Em função de questionamentos jurídicos e de inconformidade institucional, foi elaborada nova minuta, cujos eixos foram reformulados:

- i. Gestão, Governança e Empreendedorismo → Pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação
- ii. Pesquisa e inovação → Empreendedorismo
- iii. Internacionalização → Internacionalização

Na prática, ainda que reformulando os eixos, a proposta não fortalece a autonomia universitária, até porque um *contrato de desempenho* – em reformulação a *contrato de gestão* – é mais um entrave para a autonomia do que um facilitador (Giolo, 2020). Ora, a disposição legal para introdução de metas de desempenho é inconstitucional, na medida em que esse “é o exato horizonte do exercício da autonomia” (Salles, 2020, p.150).

De um lado a abertura de captação de recursos externos e privados é uma forma de privatização, por outro sua orientação para o mercado reforça tal privatização, na medida em que direciona os esforços das universidades para atender necessidades e demandas do mercado. Novamente, Giolo (2020, p.46) deixa claro, por exemplo, que

*a palavra empreendedorismo (ou empreendedor) aparece 11 vezes na minuta-I e 16 vezes na minuta-II; inovação (ou inovador): 39 e 44, respectivamente; pesquisa (com conotação de pesquisa aplicada): 27 e 37, respectivamente; empresa: 15 e 13 respectivamente; startup: 4 e 8, respectiva-*

*mente; empresa júnior: 2 vezes na última minuta. Por outro lado, a palavra sala de aula não aparece uma única vez. O ensino, a extensão e a pesquisa básica são horizontes praticamente ignorados.*

O Future-se estimula a transferência de imóveis para a iniciativa privada, bem como a privatização de recursos financeiros: gerados nas próprias Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), consignados no orçamento do MEC ou retirados dos impostos que as empresas deixarão de recolher ao erário (Leher, 2020).

A versão final do Projeto de Lei, tal como nas versões anteriores, foi elaborada sem a participação das instituições (Giolo, 2019), e sem nenhum tipo de diagnóstico acerca da situação das universidades e dos institutos federais de educação, conforme Leher (2021, p.8),

*ignora as séries históricas de financiamento, sobretudo de custeio e capital; a expansão das universidades e institutos; a capacidade instalada de pesquisa; a situação dos parques tecnológicos; a situação do fomento à área de ciência, tecnologia e inovação; o perfil social dos estudantes e a assistência estudantil; a infraestrutura e a depreciação das instalações; e a existência do patrimônio tombado pelo IPHAN, entre outros. A ausência de estudos diagnósticos oculta os problemas, distorce os desafios a enfrentar e naturaliza uma agenda hostil à autonomia universitária e dos institutos.*

Ainda segundo o autor, no que diz respeito ao orçamento, havia a indicação de um fundo de R\$ 100 bilhões, que não consta da versão final do projeto de lei. Na realidade, apenas em 2019, a emenda constitucional 95/2016 (que limita em 20 anos os gastos públicos) retirou R\$ 32,6 bilhões da educação (Leher, 2021).

A possibilidade aventada pelo projeto de que as universidades poderiam captar recursos no mercado reforça o ideário neoliberal na medida em que atribui ao mercado o papel de único agente capaz de mobilizar e dinamizar a economia e o desenvolvimento (Giolo, 2019; Leher, 2021). Nesse sentido, há o risco de que eventuais recursos captados não serão reinvestidos nas instituições, mas para projetos específicos dos financiadores, onerando o custeio da universidade em virtude de despesas adicionais. Essa relação ocorreria sob o manto do contrato de resultado estabelecido com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), cuja orientação ideológica tem afrontado a liberdade de cátedra e a autonomia universitária, em consonância com a “guerra cultural” que o governo federal implementou no país desde sua posse (Leher, 2021). Da mesma forma, a lógica de mercado pressupõe a universidade como uma empresa, algo que ela não é (Chauí, 2018). Portanto, as ações empreendedoras não podem ser regidas por princípios estranhos ao seu projeto institucional ou à sua natureza pública (Salles, 2020).

Há de se destacar, ainda, que num esforço de evitar a suposta influência de gestores alinhados ideologicamente de forma contrária ao governo, o presidente da república tem nomeado com frequência reitores e vice-reitores que não encabeçam as listas tríplexes encaminhadas pelos respectivos conselhos superiores. Ainda que haja tal prerrogativa legal, a crítica à postura presidencial ocorre no sentido tanto do “desrespeito” aos vencedores do processo eleitoral interno das universidades, quanto por tal postura apontar no sentido de nomear aqueles mais alinhados ideologicamente ao governo<sup>29</sup>. Em outras palavras, ao nomear supostos apoiadores,

---

<sup>29</sup> Em 23 de fevereiro de 2021 o Presidente nomeou pela 22ª vez reitor que não ficou em primeiro lugar na lista tríplex, ou seja, ele não nomeou o mais votado pela comunidade acadêmica em seu processo de consulta. Até esta data, também nomeou sete reitores

evitar-se-ia a difusão ou o estímulo ao pensamento crítico, por este ser associado ideologicamente à esquerda, por vezes sob o rótulo de “comunistas”, por exemplo. Nesse sentido, por 7 votos a 3, o STF rejeitou liminar solicitada pela Ordem dos Advogados do Brasil para que o Presidente nomeie como reitor o primeiro nome da lista tríplice enviada pelas universidades federais, uma vez que a lei o permite. No entanto, o Presidente não pode nomear alguém que não conste da lista tríplice<sup>30</sup>.

A essa altura, convém ressaltar que a defesa do pensamento único, no sentido aqui abordado, não é algo propriamente novo no campo da educação. No contexto neoliberal, diversos autores vêm chamando a atenção para tal postura, como Bourdieu (2001), por exemplo, ao afirmar a “imposição do modelo americano” como o único possível, assente nos princípios liberais de uma economia de mercado em que o Estado deve quase se ausentar e a dinâmica econômica é realizada mediante a ação do indivíduo (comportamento individualista), modelo esse fortemente disseminado pelos mercados financeiros, organizações internacionais, grandes multinacionais, grande mídia, think tanks, dentre outros agentes, sobretudo os agentes das grandes instituições (fundos de investimentos, fundos de pensão etc.), que constituem a “mão invisível dos poderosos”.

Diante do exposto, é notória a posição governamental acerca da educação superior em geral e da universidade em particular. Embora seja uma posição peculiar e na contramão do que ocorre nos demais países, especialmente aqueles tidos como mais desenvolvidos e avançados nesse campo, é fato que a universidade é um lócus privilegiado no qual se tem a prerrogativa legal da autonomia e da liberdade de pensamento, algo defendido formalmente, inclusive, pelo STF no País. De todo modo, dada a capilaridade da capacidade de difusão de uma ideia de universidade distorcida por parte do próprio governo federal, parcela significativa da sociedade acredita que a instituição é tal como propagada, colocando em risco a própria crença e credibilidade da ciência.

Ainda que o “Escola sem partido” e o “Future-se” não tenham sido propriamente implementados, as ideias subjacentes continuam a povoar a mente de diversos grupos cujos interesses corporativos, institucionais ou pessoais possam ser alcançados com tais iniciativas ou perspectiva ideológica. Em que medida posturas negacionistas flertam com ou podem se converter em censura é uma questão real a considerar. É neste momento que a universidade deve formular críticas contundentes, disputando com as narrativas veiculadas, não no sentido estrito, mas utilizando de seu arsenal científico tanto em termos de método e, sobretudo, em termos de resultados. É quando a universidade tensiona que ela desempenha seu papel (Safatle, 2020), na medida em que desnuda e põe em xeque as falácias (inclusive as lógicas) e demonstra sua eficácia e seu papel no processo civilizatório, mobilizando a sociedade e atuando em prol de seu bem estar.


Se aqueles que defendem a implantação do pensamento único tentam depreciar e desqualificar a reflexão crítica e o próprio método científico, justamente porque os temem, qual o nível de reação da universidade? Por que apenas reagir? Por que não ser protagonista e tomar a dianteira, levando à sociedade e à população como um todo seus resultados, esclarecendo seu papel e contribuição, para além da mera formação para o trabalho? Estaria, ainda, a universidade configurada como uma torre de marfim? Do que a universidade tem medo?

---

pro tempore que sequer foram candidatos. Cf. Brasil de Fato. Início. Geral. Educação. Bolsonaro nomeia pela 22ª vez reitor que não ficou em primeiro na consulta pública. [23/02/2021]. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2021/02/23/bolsonaro-nomeia-pela-21-vez-reitor-que-nao-foi-em-primeiro-na-consulta-publica>. Acesso em 23 fev. 2021.

30 Agência Brasil. Justiça. STF rejeita liminar sobre lista tríplice de universidades federais. [05.02.2021]. Disponível em <https://agencia-brasil.ebc.com.br/justica/noticia/2021-02/stf-rejeita-liminar-sobre-lista-triplice-de-universidades-federais>. Acesso em 04 mar. 2021.



Tais questões não serão respondidas aqui. De todo modo, a resposta não é simples nem fácil. Mas precisa ser encontrada e enfrentada. Um caminho pode ser por meio de uma forte articulação com entidades em defesa da educação, da ciência e da cultura, bem como o movimento estudantil, bancadas parlamentares e a sociedade civil organizada. O desafio é imenso, porém inadiável. 

## Referencias

- Almeida-Filho, N., Souza, L. E. 2020. Uma protopia para a universidade brasileira. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, v.28, n.105, p.1-22. DOI: <https://doi.org/10.14507/epaa.28.5525>.
- Antunes, R. 2020. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2020.
- Bourdieu, P. 2001. *Contrafogos 2: por um movimento social europeu*. Oeiras: Celta.
- Chauí, M. 2018. *Em defesa da educação pública, gratuita e democrática*. Coleção Escritos de Marilena Chauí, volume 6. Belo Horizonte: Autêntica.
- Duarte, A. de M; Cesar, M. R. de A. 2020. Negação da Política e Negacionismo como Política: pandemia e democracia. *Educ. Real.*, Porto Alegre, v. 45, n. 4, e109146. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2175-62362020000400202&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362020000400202&lng=en&nrm=iso). Acesso em 07 Mar. 2021.
- Dunker, C. I. L. 2015. *Mal-estar, sofrimento e sintoma*. São Paulo: Boitempo.
- Franco, Fábio Luís. 2021. *Governar os mortos: necropolíticas, desaparecimento e subjetividade*. São Paulo: Ubu Editora.
- Frigotto, G. 2016. "Escola sem Partido": imposição da mordaza aos estudantes. *E-Mosaicos*, v.5, n.9, junho.
- Giolo, J. 2020. O Future-se sem futuro. In Giolo, J., Leher, R., Sguissardi, V. *Future-se: ataque à autonomia das instituições federais de educação superior e sua sujeição ao mercado*. São Paulo: Diagrama Editorial.
- Leher, R. 2019. *Autoritarismo contra a universidade: o desafio de popularizar a defesa da educação pública*. São Paulo: Expressão Popular.
- Leher, R. 2021. Universidade pública federal brasileira: Future-se e "guerra cultural" como expressões da autocracia burguesa. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 42, e241425, 2021.
- Leher, Roberto. 2018. *Universidade e heteronomia cultural no capitalismo dependente*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.
- Miguel, L. F. 2016. Da "doutrinação marxista" à "ideologia de gênero": Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. *Revista Direito e Práxis*, v.7, n.15, pp. 590-621. DOI: <https://doi.org/10.12957/dep.2016.25163>.
- Motta, R. P. S. 2014. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar.

Rüegg, W. 1996. Temas. In Ridder-Symoens, Hilde de. Uma história da universidade na Europa. Volume I: As universidades na Idade Média. Lisboa: Imprensa Nacional, p.3-31.

Safatle, V. 2020. O que resta da universidade? Revista Cult. [06.09.2020]. Disponível em <https://revistacult.uol.com.br/home/vladimir-safatle-o-que-resta-da-universidade/>. Acesso em 17 jul. 2020.

Safatle, V., Silva Júnior, N., Dunker, C. D. Org. 2019. Patologias do social: arqueologias do sofrimento psíquico. Belo Horizonte: Autêntica.

Safatle, V., Silva Júnior, N., Dunker, C. D. Org. 2020. Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico. Belo Horizonte: Autêntica.

Salles, J. C. 2020. Universidade pública e democracia. São Paulo: Boitempo.

Sinhoretto, J. 2021. "Liberdade acadêmica ameaçada: a ascensão da ultradireita no Brasil", In Idalice Ribeiro Silva Lima e Régia Cristina Oliveira, Org., A demolição da construção democrática da educação no Brasil sombrio. Porto Alegre, Zouk.

Torgal, L. R., Ésther, A. B. 2014. Que universidade? Interrogações sobre os caminhos da universidade em Portugal e no Brasil. Juiz de Fora/Coimbra: EDUFJF/IU..

## Sobre el autor/ About the author

Angelo Brigato Ésther e Professor Titular da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC) da UFJF. Pós-doutorado na Universidade de Coimbra (Portugal), pelo Centro de Estudos Interdisciplinares, onde é Investigador Colaborador. Doutorado pela Universidade Federal de Minas Gerais. Líder do Socius Grupo de Pesquisa sobre a Instituição Universitária.

## URL estable documento/stable URL

<http://www.gigapp.org>

El Grupo de Investigación en Gobierno, Administración y Políticas Públicas (GIGAPP) es una iniciativa impulsada por académicos, investigadores y profesores Iberoamericanos, cuyo principal propósito es contribuir al debate y la generación de nuevos conceptos, enfoques y marcos de análisis en las áreas de gobierno, gestión y políticas públicas, fomentando la creación de espacio de intercambio y colaboración permanente, y facilitando la construcción de redes y proyectos conjuntos sobre la base de actividades de docencia, investigación, asistencia técnica y extensión.

Las áreas de trabajo que constituyen los ejes principales del GIGAPP son:

1. Gobierno, instituciones y comportamiento político
2. Administración Pública
3. Políticas Públicas

Información de Contacto  
Asociación GIGAPP.  
[ewp@gigapp.org](mailto:ewp@gigapp.org)